



**Bloco**  
de Esquerda

# PROGRAMA PARA AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS CONCELHO DE LEIRIA



**LEIRIA | AUTÁRQUICAS 2017**





O concelho de Leiria tem tudo para proporcionar mais qualidade de vida aos seus habitantes: localização geográfica, características naturais, património cultural, recursos humanos, atividades económicas, dimensão.

Então... porque não proporciona?

Por que espécie de “fatalidade” insiste em ser gerido por quem dele parece não gostar e o quer transformar noutra coisa qualquer? Por que motivo se aceita que os recursos hídricos sejam transformados em esgotos, se desperdicem terrenos de elevada aptidão agrícola, se dificulte a circulação com o constante apelo ao transporte individual, se ocupe espaço natural com obra inútil e de duvidosa qualidade como se o principal critério de sucesso fosse a quantidade de betão que se amontoa?

Não, isto não é o “preço do progresso”. É desleixo, é cedência à negociata, é desrespeito pelo cidadão.

Não queremos mais parques de estacionamento, nem elevadores para o castelo, nem centros comerciais; não defendemos a demolição do estádio e nada temos contra a carne de porco.

Queremos, isso sim, o desenvolvimento equilibrado de todo o concelho, reconhecendo a importância da agricultura e da floresta.

Queremos que não se transfira para o cidadão o custo de uns transportes públicos deficientes, obrigando-o a recorrer a viatura própria até para os percursos mais simples.

Queremos que se incentive o restauro e a reabilitação; que o espaço público seja convidativo e seguro; que o cheiro das suiniculturas não passe a fazer parte do folclore local; que todas as atividades criativas sintam Leiria como a sua casa; que, de uma vez por todas, se perceba que os cursos de água são um importante recurso, incompatível com o desleixo a que têm estado abandonados.

Para além de uma unidade administrativa, um concelho deve ser entendido como um território com recursos complementares, tendo não só em conta as suas características, mas também as da região e do todo nacional. Consegui-lo é condição primeira para garantir a qualidade de vida dos seus habitantes, ao fim e ao cabo a sua principal riqueza, sem a qual é impossível potenciar todas as outras.

Infelizmente, a visão mercantilista que tem dominado a gestão do território, não só não tem respeitado estes princípios, como os tem contrariado, contribuindo para o desperdício de recursos e para dificultar a vida de todos nós. É o que sucede quando se defende o estímulo ao crescimento económico sem cuidar do desenvolvimento, ou seja, sem avaliar o impacto das atividades no território e na organização de vida das pessoas.

Não faltam exemplos na nossa história recente: a tristemente célebre “política do betão”, que permitiu que partes importantes de Portugal fossem cobertos por cimento e alcatrão desperdiçando terrenos agrícolas e bens naturais; a total indiferença pelo despovoamento do interior, criando evitáveis obstáculos à vida de muitos portugueses, votando ao abandono atividades económicas e agravando as desigualdades sociais; a incapacidade em conciliar a defesa dos cursos de água, como a Ribeira dos Milagres, com a estabilidade de atividades económicas; a gestão dos transportes públicos numa lógica de lucro e não como elementos estruturantes do ordenamento do território.

Apreendeu-se com os erros? Não nos parece.

No caso do projeto para os jardins da Almoínha, a Câmara revogou o Plano de Pormenor para incluir espaços construtivos, e abrir caminho à especulação imobiliária no contexto de uma zona verde requalificada.

Foi recentemente notícia o enorme desperdício de água em todo o concelho, devido ao péssimo estado das condutas, mas preferiu-se gastar 4 milhões de euros num edifício desocupado para instalar a Loja do Cidadão, ignorando alternativas mais baratas, igualmente centrais.

Evita-se falar no impacto negativo que pode ter a exploração de um recurso com os dias contados- o petróleo- mais uma vez hipotecando o futuro à miragem de um hipotético lucro imediato.

A organização do poder local, longe de nos proteger destas perversões, tem sido, pelo contrário, um agente facilitador.

Com uma definição de poderes pouco democrática, em que a margem de manobra do executivo é muito superior à do seu órgão fiscalizador (a Assembleia Municipal), as autarquias locais transformaram-se em poderes afastados do cidadão, permeáveis a interesses privados e quase nunca orientadas para a satisfação dos direitos das pessoas, dos indicadores de igualdade e coesão social, da sustentabilidade ambiental, da participação cidadã nas decisões e na vida da comunidade.

A recente fusão de freguesias, agravou o problema, destruindo o único poder de proximidade que existia e complexificando o seu trabalho. Recorde-se que essa fusão foi uma opção política que nada teve que ver com imposições da Troika, mas antes permitiu evitar uma reorganização dos concelhos e a consequente redução de “empregos” dominados pelos grandes aparelhos partidários.

Por tudo isto, o Bloco de Esquerda apresenta-se a estas eleições, com o único propósito de afirmar um conjunto de ideias

- que deem mais peso às opiniões e necessidades dos cidadãos, incentive a sua intervenção direta e os proteja de arbitrariedades;
- que facilitem uma maior articulação entre todo o território do concelho entendendo as diversas atividades como complementares;
- que coloquem no topo da agenda a recuperação e defesa de recursos fundamentais como os hídricos e a total rejeição de quaisquer intervenções que ponham em risco bens naturais;
- que facilitem o trabalho aos vários agentes culturais locais, incentivando a sua cooperação e formas de promoção de novos valores.

Para tal, candidata um conjunto de pessoas, várias das quais migrantes como o é grande parte da atual população de Leiria, pessoas que por opção ou obrigação para aqui vieram trabalhar, organizaram vida e nunca se conformaram com o facto de, apesar do concelho ter tudo para dar certo, para proporcionar patamares elevados de qualidade de vida, não o ter conseguido até hoje.



01

## CULTURA

Costuma ser o último ponto dos programas eleitorais, uma espécie de elemento decorativo de que fica bem falar, mas de que pouco se tem para dizer. No entanto, a cultura é, para nós, o elemento estruturante de toda a restante intervenção, na medida em que ajuda a criar a identidade de um território, contribui para a melhor integração dos seus habitantes e facilita a construção de uma rede de relacionamento entre eles. É um elemento facilitador da identificação com o espaço, que estimula o sentimento de pertença, contribuindo para o bem-estar.

A cultura tem, ainda, grande importância na promoção do concelho para o exterior, constituindo um recurso económico de enorme valia. É, pois, um valor em si mesmo.

Claro que o seu desenvolvimento requer gastos financeiros com infraestruturas e, principalmente, com ação/criação, o que deve estar definido de forma clara no orçamento que lhe será afeto.

No seu Plano de Investimentos para 2017, a Câmara de Leiria atribuiu à rubrica “arte e animação cultural” o montante de 86 mil euros, de um total de 28,5 milhões de Euros, ou seja, 0,3 por cento do previsto no plano plurianual de investimento. Isto significa uma total indiferença face à importância da atividade criativa e um enorme alheamento do papel facilitador que ela deve encontrar no poder central e local.

Se o orçamento de investimento em cultura (excluindo a manutenção e o funcionamento corrente do património e dos equipamentos culturais, os eventos esporádicos e os apoios ao associativismo) equivalesse a 2% do Plano Plurianual de Investimentos, e tendo por base as Despesas Efetivas de 2016, essa meta corresponderia a um acréscimo de cerca de 500.000€/ ano dedicados exclusivamente ao apoio e estímulo da produção artística em todas as áreas, ao desenvolvimento de projetos e à consolidação das propostas de criação que já frutificam. Pois esse é o nosso compromisso se formos eleitos: batermo-nos para que Leiria dedique à 2% do seu Orçamento Anual de Investimentos a um fundo de apoio capaz de suportar e atrair projetos artísticos qualificados num leque alargado de disciplinas.



**Fazer diferente** porque entendemos o idoso como um cidadão ainda com mais direitos, pela história que transporta, pelo muito que fez, pela experiência que pode partilhar.



Deste modo, para tornar o Concelho de Leiria um polo de criação cultural de referência, pretendemos privilegiar três áreas: Qualificação, Promoção, Apoio.

### **I – QUALIFICAÇÃO**

- Criar e manter programas de apoio para o desenvolvimento de jovens artistas- organizar casas de cultura e centros de artes, aumentar o apoio às escolas artísticas e fomentar uma educação cultural de base.
- Criação de projectos culturais e artísticos envolvendo as freguesias do Concelho e cidades geminadas com o intuito de envolver a comunidade local.
- Através de um Conselho Municipal da Cultura inclusivo, envolver representantes do meio cultural, educativo, associativo, económico e político leiriense na criação e execução da política cultural.
- Incentivar a formação profissional dos trabalhadores da área da cultura e aumentar o seu número (1 por 450 habitantes é a média das cidades europeias).
- Dar maior autonomia programática e financeira às instituições culturais dependentes da Câmara, transformando os núcleos culturais autárquicos existentes (Teatro José Lúcio da Silva; Teatro Miguel Franco; Museu de Leiria; Moinho de Papel; Mimo; Igreja da Misericórdia; Agromuseu, etc.) em entidades com capacidade para responder a públicos diversificados, dotando-os de recursos financeiros e humanos de modo a garantir programações autónomas e personificadas.

### **II – PROMOÇÃO**

- Estimular do desenvolvimento de estratégias de promoção (ao nível local, nacional e internacional) do trabalho de artistas leirienses, de acontecimentos artísticos e culturais.
- Criar uma marca local para a certificação, valorização e promoção das artes e ofícios tradicionais de Leiria (marca Leiria).
- Reforçar a estratégia de divulgação de património cultural de Concelho Leiria, nomeadamente através da criação de publicações autárquicas que permitam, de forma continuada e transparente, a divulgação de estudos e documentos sobre o Património (histórico; arqueológico; arquitetónico) de Leiria.

### **III – APOIO**

- Criar instrumentos (materiais e não materiais) de apoio sistemático aos artistas locais.
- Iniciar uma política de aquisição de produções aos artistas e grupos existentes por forma a fornecer-lhes uma base financeiramente confiável a fim de construírem e alargarem o seu trabalho.
- Incentivar e facilitar a cooperação entre os agentes culturais e os operadores económicos.
- Incentivar a diversificação da oferta cultural das freguesias do Concelho, financiando festivais e eventos que se encontram já estabelecidos no território como práticas continuadas.

## 02

# ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

### 2.1. RECUPERAR A CIDADE E REPENSAR O ORDENAMENTO DO CONCELHO

Leiria tem sido gerida à vista, como um barco que não se afasta da costa com medo de perder o rumo. É verdade que a revisão do PDM ocorreu em setembro de 2015, mas essa “1ª correção material” serviu apenas para o conformar com algumas alterações ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT-DL nº 80/2015, de 14 de maio) ou então para não prejudicar a satisfação de alguns interesses privados.

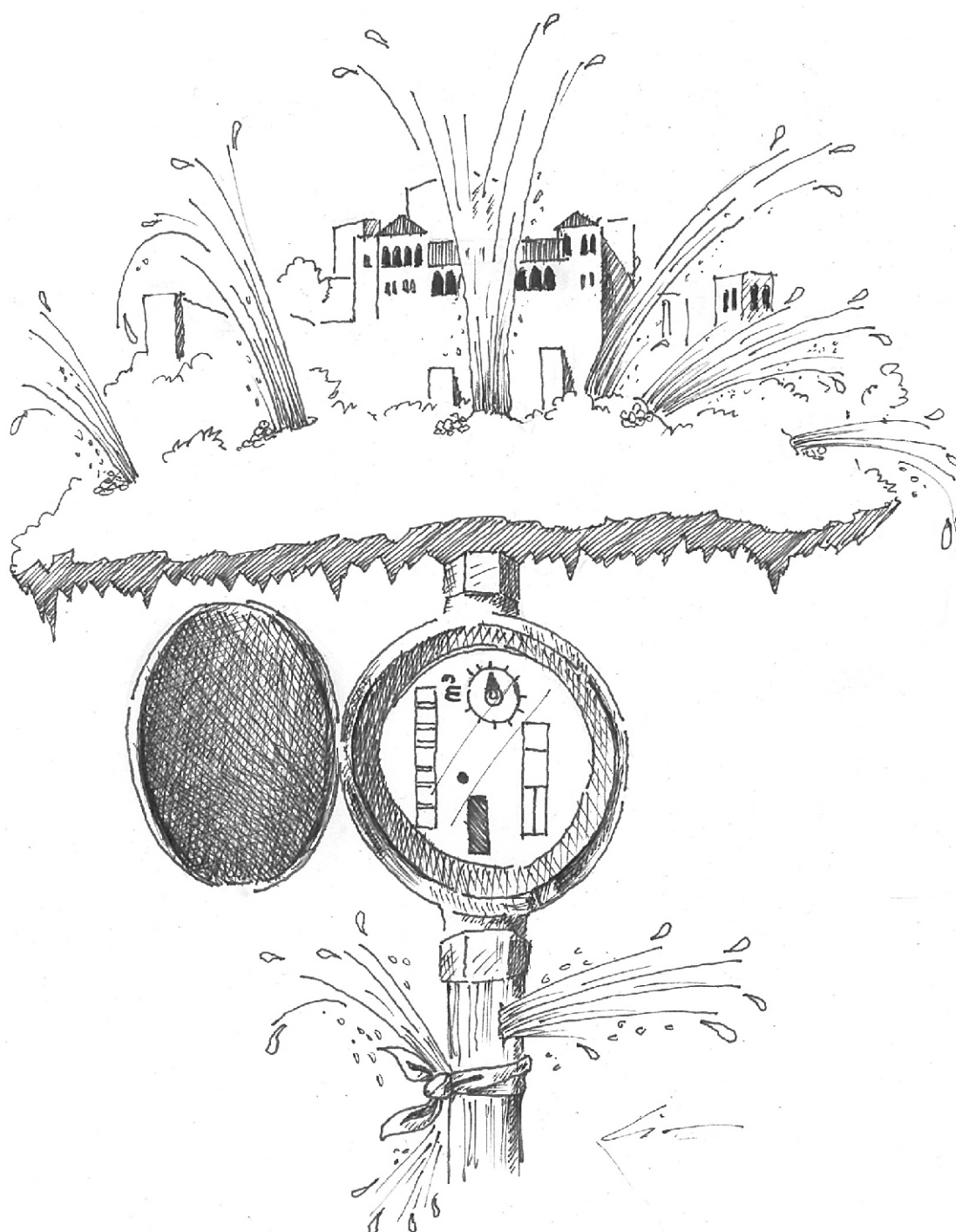
De resto, um PDM que se mantém praticamente inalterado desde a sua publicação em 1995, justifica, 22 anos depois, que seja submetido a uma profunda revisão de modo a adaptá-lo a uma nova estratégia de desenvolvimento do concelho e integrando, já, a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e a revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em articulação com o Plano de Ordenamento Florestal da Região Centro.

Um processo de revisão do PDM sério e consequente afigura-se, portanto, indispensável não apenas para corrigir as pseudo-alterações de 2015, mas sobretudo um correto planeamento integrado dos territórios urbanos e rurais do concelho nas suas diversas vertentes, nomeadamente em articulação com a RAN, REN e Regiões Florestais.

Entretanto, será necessário reverter algumas medidas danosas para o município, que o atual executivo fez aprovar na Assembleia Municipal, de modo a:

- atribuir à Câmara a responsabilidade de decidir sobre projetos estratégicos relevantes para a cidade e o concelho, mas recolocando a Assembleia Municipal com as competências estabelecidas na lei das autarquias locais;
- estudar a forma de reduzir o impacto da alteração da alínea d) do nº 6, do Artº 13º que, na prática, legaliza todas as suiniculturas existentes, independentemente de estarem ou não integradas num sistema de tratamento de resíduos e de efluentes suinícolas.
- suspender o projeto de construção de um Pavilhão Multiusos localizado ao lado do atual estádio municipal e realizar um debate alargado sobre o destino a dar ao Estádio, cuja degradação reclama uma discussão participada sobre o seu futuro;
- realizar um concurso público internacional de ideias sobre a possibilidade de reconverter o Estádio e integrá-lo com outras atividades num mesmo enquadramento espacial multiusos;
- retomar o projeto de revitalização do “centro histórico” tendo em vista a sua reconfiguração funcional, compatível com a preservação patrimonial do edificado, e transformando-o num centro urbano onde se articulem atividades comerciais, turísticas, culturais e residenciais.





**Fazer diferente** porque entendemos o investimento na qualidade da água e na racionalização do seu consumo como condição necessária para enfrentar os problemas resultantes das alterações climáticas e garantir a qualidade de vida dos munícipes

## **2.2- Um Município que defenda o direito à Habitação**

Leiria é uma das cidades portuguesas onde se nota a quase total ausência do funcionamento do mercado de arrendamento, designadamente do arrendamento social a preços controlados. Por outro lado, há um afluxo crescente de estudantes, professores e investigadores a uma cidade que constitui, cada vez mais, um importante polo de ensino superior politécnico. A especulação sobre os preços da habitação que tal pressão da procura tem provocado, exige que a Câmara seja proativa na criação de respostas habitacionais adequadas, capazes de contrariar a especulação- só dessa forma podemos reforçar a atratividade de Leiria como polo tecnológico e científico aplicado.

Nestes termos, as propostas do Bloco de Esquerda, são:

- Criação de uma bolsa de arrendamento a preços controlados, a ser constituída com base nas casas devolutas e na sua reabilitação a expensas da câmara e seu arrendamento durante todo o período necessário para a recuperação do investimento realizado.
- Conceder benefícios fiscais, nomeadamente através da redução do IMI:
  - a todos os senhorios que desejem reabilitar e requalificar as suas casas, desde que seja garantida a permanência dos arrendatários nas habitações (se for essa a sua vontade);
  - a quem se disponibilize a realizar contratos de arrendamento por ciclos de 10 anos, de acordo com regras a definir.
- Promover o modelo cooperativo para fomentar a reabilitação do edificado habitacional.
- Requalificar o edificado, nomeadamente municipal, para criar residências universitárias na cidade.
- Estudar formas de proteção do comércio de proximidade, fundamental para melhorar a qualidade de vida, nomeadamente à população mais idosa.

## **2.3. Mobilidade, Transportes e Acessibilidade**

O executivo municipal aprovou um Plano Estratégico de Mobilidade que de estratégico nada tem e de mobilidade não trata do essencial. Os transportes públicos de Leiria são de péssima qualidade, com inadmissíveis tempos de espera e, por vontade do atual executivo camarário, assim vão continuar, pelo menos, até 2019.

Recusamos que a construção de mais parques de estacionamento seja a solução para os problemas de circulação na cidade. É preciso conseguir uma cobertura eficaz do concelho por transportes públicos e acabar com a fraude de transferir para o cidadão o custo da resolução do problema, através do transporte individual.

Nesse sentido defendemos:

- a redefinição de uma rede de transportes públicos que garanta o direito ao transporte em todo o concelho, assegurando uma cobertura geográfica e horária a todos os principais pontos do território concelhio- freguesias, principais polos de geração/atração das deslocações da população;



- o lançamento de um operador de transportes públicos municipais a partir do início de 2019 que recorra a veículos preferencialmente elétricos, de modo a promover uma mobilidade sustentável no concelho, através:
  - da articulação dos serviços de transportes públicos, promovendo a intermodalidade de e para os concelhos vizinhos, quer via transportes rodoviários, quer via linha ferroviária do Oeste, na estação de Leiria;
  - de veículos de transporte coletivo que permitam a acessibilidade a cidadãos com mobilidade reduzida, bem como a transporte de bicicletas e carrinhos de bebé;
  - da adoção de uma política tarifária que, pelos preços sociais a praticar e pela articulação com os parques de estacionamento de automóveis privados, conquiste a preferência dos cidadãos para o uso do transporte público;
  - de uma gestão centralizada e em tempo real da frota de transportes públicos, permitindo um sistema de informação online que informe os passageiros quer do percurso que está a ser feito pelo veículo, quer do tempo de espera previsto nas paragens pelo veículo seguinte;
  - a requalificação integral da linha ferroviária do Oeste tendo em vista a melhoria da mobilidade intra e inter-regional de Leiria no contexto intermunicipal em que se inscreve, assim como no fomento de uma alternativa à rodovia através de novas ligações ferroviárias a Norte, em direção a Coimbra/Figueira da Foz e a Sul, com destino ou origem em Lisboa.

#### **2.4. Ambiente e Recursos naturais**

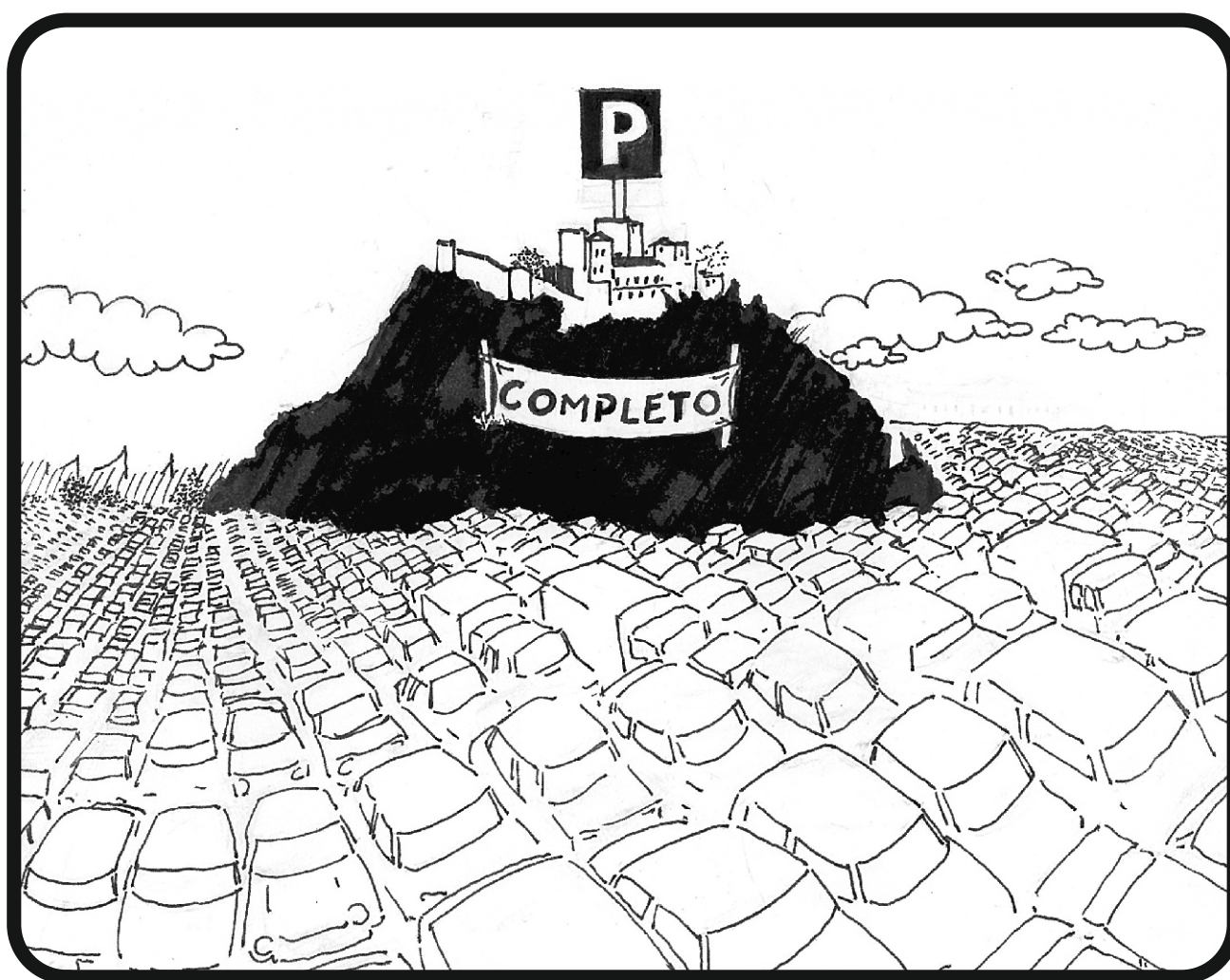
O clima está a mudar e é preciso começar, já, a adaptar a cidade e as localidades a uma nova realidade climática, mais seca e com mais eventos extremos (ondas de calor, grandes chuvas/secas e ventos fortes) mas é preciso também garantir a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

A implementação de espaços verdes e “corredores de arrefecimento” no centro da cidade (como é referido na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas), a reabilitação de edifícios e a aposta em transportes públicos elétricos capazes de responder às necessidades da população são medidas essenciais para construir um concelho sustentável e resiliente às alterações climáticas.

Infelizmente, o Governo tem admitido a continuidade dos contratos de prospeção e produção de petróleo no nosso concelho, em terra e no mar. A Câmara Municipal deve ser uma voz ativa pelo cancelamento destes contratos e pela aposta nas energias renováveis.

Neste domínio, é necessário que as prioridades e as medidas de ataque ao enorme passivo ambiental no concelho sejam consequentes. Para isso, é preciso definir como prioridade a recuperação de todos os recursos hídricos do Concelho, em particular, a despoluição do Rio Lis e da sua bacia hidrográfica. O Rio Lis poderia ser um cartão de visita para o concelho, mas não é; podia contribuir para o bem-estar dos leirienses e para a dinamização de muitas atividades económicas, mas não contribui, antes pelo contrário, prejudica. Todos pagamos caro por isso. Diretamente no rio ou em ribeiras, como a ribeira dos Milagres, as explorações suinícolas despejam diariamente cerca de 2.500 metros cúbicos de chorumes que transformam em lugares nauseabundos, o rio e as áreas próximas.

É tempo de acabar com este crime, é tempo de exigir uma Câmara Municipal que respeite os cidadãos, que seja uma voz ativa pela recuperação dos recursos hídricos e deixe de pactuar com este negócio.



**Fazer diferente** porque entendemos que os problemas de circulação e de acessibilidade no Concelho, apenas se resolvem com uma melhoria substancial da oferta de transporte público e não transferindo para o cidadão o custo da resolução do problema através do recurso ao transporte individual.



A reclamada **Estação de Tratamento dos Efluentes Suinícolas** (ETES) é uma obra tão urgente, quanto necessária, há cerca de 20 anos. Toda a gente fala nisso, incluindo a própria Câmara, mas o Executivo não tem feito o necessário para tornar realidade uma obra de inegável interesse público.

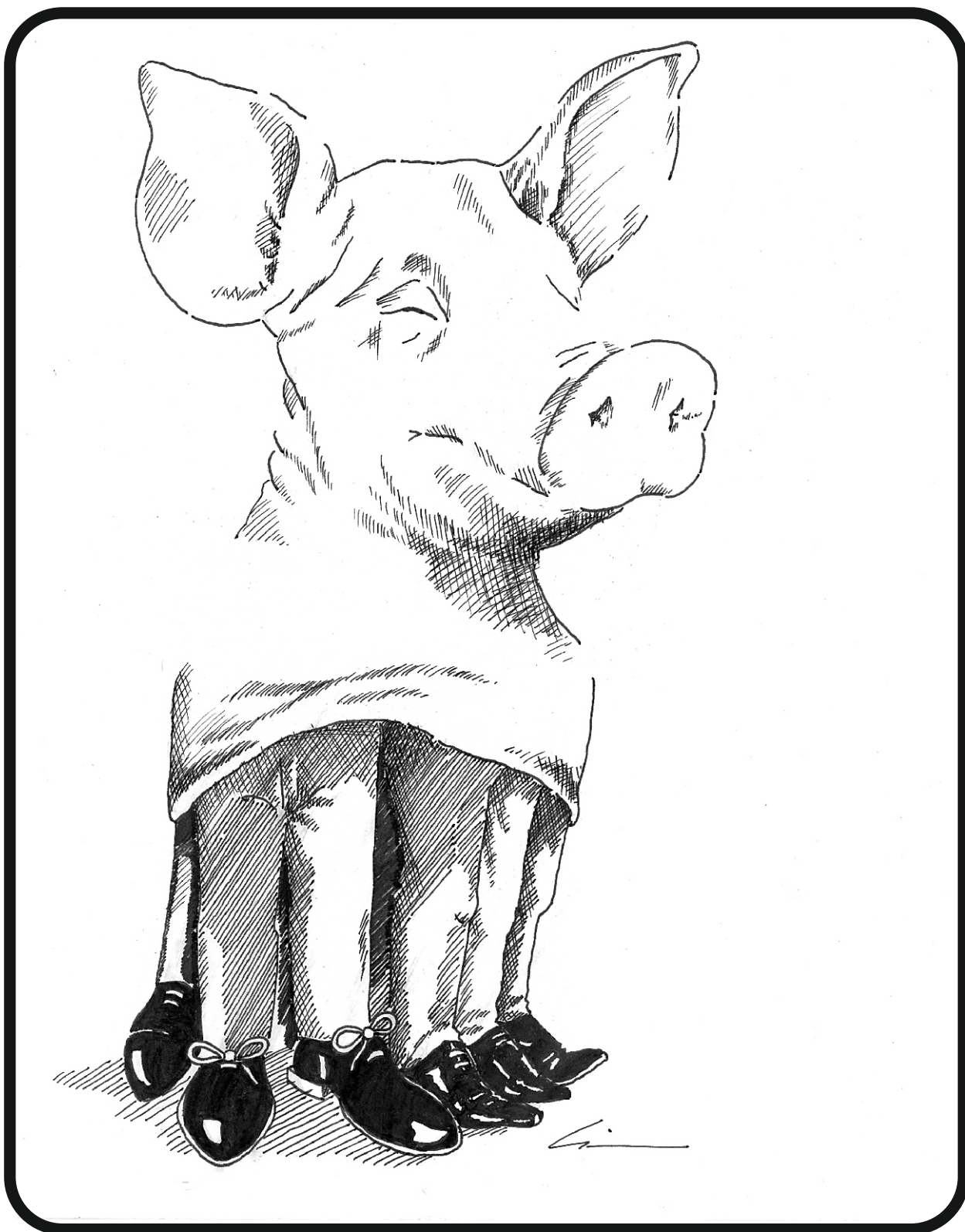
O processo de construção está nas mãos da RECILIS há dois anos e não avança porque, ao que parece, os suinicultores, além de quererem fazer negócio com a gestão privada da ETES (nomeadamente, com o biogás que será produzido), não querem pagar para que a estação faça o tratamento dos resíduos que eles próprios produzem. Neste jogo do empurra, já se “perderam” cerca de €9 Milhões de uma candidatura falhada a Fundos Comunitários.

Para acabar com este jogo de sombras que câmara e RECILIS andam a fazer, o BE defende **que seja o Estado, em conjunto com a Câmara de Leiria**, a resolver o problema de vez: a assumir o projeto da construção e gestão pública da ETES de Leiria, com a capacidade necessária para tratar os resíduos das mais de 400 suiniculturas existentes no concelho, grande parte das quais não cumpre a legislação ambiental em vigor.

Mas, para além da resolução deste enorme problema ambiental que temos no concelho, há uma mudança de paradigma que é necessário conseguir.

Assim, será necessário:

- Recuperar todos os recursos hídricos do Concelho.
- Definir como prioridade o combate a todas as formas de desperdício de água, nomeadamente as resultantes de canalizações em mau estado – cerca de 40% de fugas na rede pública de abastecimento – pelo que se exige um forte investimento de reabilitação da rede pública de abastecimento de água e de saneamento no concelho.
- Incentivar a adoção de técnicas de captação e reutilização de águas pluviais.
- Tomar medidas para a recuperação ambiental da Lagoa de Ervideira;
- Realizar campanhas de sensibilização ambiental para cidadãos suinicultores e outros agentes poluidores.
- Implementar um serviço de vigilância e limpeza das margens dos rios e ribeiras localizadas no concelho, retomando um serviço de vigilância e limpeza através de guarda-rios que obriguem os proprietários marginais das linhas de água a limpar as margens dos seus terrenos.
- Garantir e facilitar o acesso público pedonal ao longo de toda a margem do rio, através da construção de passadiços.
- Realizar um estudo de valoração do rio e sua bacia hidrográfica, para que sejam quantificados os evidentes benefícios para o bem-estar da população sobre quanto vale o rio Lis despoluído e qual o seu impacto no crescimento económico do concelho, nomeadamente da agricultura.
- Estimular o consumo de proximidade nas cantinas dependentes da Autarquia, como forma de articular a relação do centro com a envolvente rural, conter o seu despovoamento e proteger a produção agrícola.
- Facilitar a organização de hortas sociais e comunitárias, estruturadas em pequenos talhões colocados a concurso, quer para autoconsumo, quer para apoiar o rendimento das famílias.
- Facilitar a multiplicação de mercados locais, preferencialmente organizados pelas juntas de freguesia.



**Fazer diferente** porque recusamos pactuar com os crimes ambientais de que têm sido vítimas a Ribeira dos Milagres e toda a bacia do Lis e não admitimos mais adiamentos à concretização da Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas, paga e controlada pelos poderes públicos.

## 03

# UM MUNICÍPIO PARA TODOS, ONDE TODOS QUEIRAM VIVER E PARTICIPAR NA SUA CONSTRUÇÃO

### 3.1. Criar emprego mas com precariedade zero

As Câmaras Municipais têm um papel fundamental na promoção de empregos de qualidade no concelho, porque se trata de um grande empregador a nível local e, dado o âmbito da sua atividade, tem capacidade para influenciar o comportamento dos agentes e economias locais.

Aumentar o investimento em serviços públicos de qualidade e com capacidade de resposta às necessidades da população- nos acessos e transportes, nos serviços culturais, na educação, assim como na gestão e preservação de património e recursos naturais- exige a criação de emprego direto nas instituições públicas municipais e impulsiona também a criação de emprego no sector privado, com maior dinamização da economia. Não exigimos menos do que isso: criar emprego, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e dinamizar a economia local.

Para isso, é preciso começar por dar o exemplo. Nas autarquias trabalham mais de 100 mil precários e a Câmara Municipal de Leiria não é exceção. Trabalhadores a recibos verdes, falsos estagiários, contratos emprego-inserção, contratados a prazo ou mediados por empresas de trabalho temporário, esta é a triste realidade de muitos trabalhadores nas câmaras, empresas municipais e juntas de freguesia.

O Bloco lutará por um município de precariedade zero.

- Regularização e integração de todos os trabalhadores precários que desempenham funções em órgãos e instituições de gestão autárquica;
- As empresas que prestam serviços à Câmara Municipal devem passar a dar garantias da prática de salários dignos e vínculos estáveis.



### 3.2. Defender a Educação como bem público

O Bloco de Esquerda tudo fará para travar a “municipalização da Educação” que não passa de uma artimanha para compor a “fotografia” do orçamento dos serviços centrais do Estado.

Num passado ainda recente, foram transferidas para os municípios responsabilidades sobre infraestruturas e algum pessoal do ensino Pré-escolar e do 1º Ciclo- o que não foi transferido, foi o dinheiro necessário para responder a tais exigências. Este foi, aliás, um dos motivos que facilitou a adesão de muitos municípios ao projeto de construção de centros escolares, já que permitiu reduzir o número de edifícios ao seu cuidado.

Com a “municipalização” dos 2º e 3º ciclos, procura-se fazer nova transferência: a dos conflitos e das injustiças. Conflitos e injustiças associadas à dispensa de pessoal não docente que os constrangimentos orçamentais vão tornar inevitáveis. Conflitos e injustiças provocados pelo o fosso entre as condições materiais disponibilizadas no litoral e no interior, entre municípios mais e menos ricos.

Mas a gestão municipal da Educação tem ainda outro risco. De facto, a atual organização do poder local não garante a fiscalização suficiente dos executivos que tal reforma exigiria. As assembleias municipais não são a Assembleia da República, não têm os seus meios, nem a sua disponibilidade.

Também a organização dos centros escolares nos merece as maiores reservas. Com eles criaram-se estruturas desumanizadas, nalguns casos a exigirem deslocações consideráveis que dificultaram o acesso às famílias e destruiu-se um dos elementos que permitia criar laços de pertença a uma localidade. Em suma, essa medida agravou a perversidade da “escola-armazém”, com tempos inadmissivelmente prolongados de institucionalização das crianças.

No entanto, temos consciência que a situação atual é dificilmente revertível: muitos edifícios foram já vendidos, outros permanecem abandonados a exigir obras avultadas. Comprometemo-nos, isso sim, a defender, até ao limite do possível, os edifícios ainda em atividade que garantam uma relação de proximidade:

- Apoiando deslocações de acordo com a solicitação das escolas.
- Ajudando na organização de iniciativas culturais.
- Estudando a possibilidade de adquirir terrenos que permitam melhorar as suas instalações (nomeadamente os espaços de recreio).

Por outro lado, tem sido notório que a Escola Pública, especialmente no distrito de Leiria, continua a ser maltratada pelos poderes públicos, incluindo os autárquicos. Em muitos casos tem prevalecido, infelizmente, a satisfação de interesses de grupos privados de educação, tendo sido desviados importantes recursos que deviam ter ido para a Escola Pública, e não o foram.

O ensino em Portugal, como estabelece a Constituição, deve ser público, universal e gratuito. Todas as crianças têm direito a frequentar uma Escola pública da sua residência em condições de qualidade e de proximidade. Esse direito deve ser prosseguido sistematicamente pela autarquia, pugnando para que a Escola pública tenha capacidade para responder a essa necessidade.

Nos mesmos termos será também indispensável garantir a acessibilidade das crianças às escolas públicas, através do transporte escolar. A Câmara, apesar da aprovação expressa pela Assembleia Municipal de uma recomendação para que o transporte escolar fosse garantido às crianças em condições razoáveis de acessibilidade, não tem sabido obrigar os operadores de transporte rodoviário a cumprir o que a própria lei obriga: serviço de proximidade temporal à Escola no início do dia e às respetivas residências, no final do horário escolar. O nosso compromisso é rever toda esta situação a partir do próximo ano letivo, obrigando os transportadores a disponibilizarem um serviço que de prioridade ao respeito pelas crianças e pelas famílias, não estando limitado à obtenção de lucro.

### **3.3. Mais e melhor cobertura de cuidados de saúde no concelho**

A cidade tem conseguido afirmar-se como o principal polo de desenvolvimento do Centro Hospitalar da região de Leiria, nomeadamente através de um reforço de valências que, há uma década atrás, não existiam. Essa afirmação da relevância do CHL no âmbito do SNS foi recentemente confirmada pela abrangência de concelhos vizinhos da região, como Ourém, o que deve ser valorizado.

Mas há vertentes que necessitam de ser melhoradas. É verdade que é ao Estado que compete definir e disponibilizar os meios para uma cobertura adequada do SNS em termos de territórios, como de populações abrangidas, mas a Câmara não se pode abster de ser parte ativa na resolução dos problemas.

E um dos problemas que continua a existir é o recurso ao trabalho precário. Este continua a ser a “solução” privilegiada para recrutamento de profissionais e técnicos de saúde necessários à satisfação de necessidades permanentes de atendimento e tratamento. Em alternativa, as carreiras médicas, de enfermagem e de pessoal auxiliar devem ser respeitadas e revalorizadas.

Por sua vez, ao nível da prestação de cuidados de saúde na rede primária do SNS a evolução verificada, especialmente desde o início do governo do PSD/CDS/Troika, foi no sentido descendente, da degradação e redução sistemática da capacidade de atendimento e de prestação de cuidados de saúde, criando dificuldades inultrapassáveis de acesso às populações mais carenciadas, as quais, em regra, se localizam em zonas mais distantes dos centros de saúde.

Por isso, propomos um conjunto de medidas para ultrapassagem destes problemas:

- Fim ao trabalho precário no CHL e contratação, em regime de efetividade, dos trabalhadores indispensáveis ao provimento dos lugares necessários à satisfação das necessidades permanentes da prestação do SNS;
- Aprovação de um Plano de Emergência para o CHL para redução dos tempos de espera nas valências onde não está a ser cumprida a carta dos direitos do utente do SNS;
- Reabertura dos Centros de Saúde que foram encerrados e que representaram grave prejuízo, do ponto de vista da sua acessibilidade ao SNS, para as populações que residem longe dos principais equipamentos de saúde existentes no concelho; garantia do funcionamento de um sistema de transporte público para permitir o acesso das populações mais carenciadas, especialmente de mobilidade reduzida, aos centros de atendimento do SNS, quando necessário.

### 3.4. Em defesa da coesão social - Apoios à infância e às famílias, especialmente mais jovens

Portugal tem já um grave problema de renovação geracional, sendo que os últimos estudos a nível internacional, aponta para que o nosso país e a manterem-se as tendências atuais- atinja o ano de 2050 com uma expressão assustadoramente limitada de população jovem (até aos 15 anos), na ordem dos 15%.

É urgente por isso adotar políticas de promoção da natalidade, de proteção à infância garantindo um serviço público e universal de educação a todas as crianças em idade escolar. Leiria é, no contexto nacional, um dos distritos onde, apesar de tudo, existe um maior crescimento da população, especialmente de população jovem, embora estejamos abaixo do que seria necessário à luz dos dados anteriores. No entanto, o encargo que as famílias jovens têm com creches, ensino pré-primário e ensino obrigatório continua a ser proibitivo dados os preços exorbitantes que, as IPSS e as instituições privadas com contrato com o Estado, praticam.

Isso acontece porque não existe uma rede pública de creches e infantários e estabelecimentos de ensino pré-primários e básico públicos para todas as crianças e famílias que residem ou trabalham no concelho.

Criar essa rede pública de creches, infantários e ensino pré-primário, a ser gerida pelos serviços da Segurança Social/Ação Social, é um dos principais compromissos do BE que iremos levar ao próximo executivo camarário.

A câmara tem recursos para isso. Uma câmara que, nos últimos três anos, teve de lucro líquido cerca de 50 Milhões de euros e o pretende esbanjar em Pavilhões e/ou compras milionárias a privados para instalar uma Loja do Cidadão no ex-edifício da Zara quanto tinha alternativas mais baratas e melhores, é uma câmara que volta às costas à satisfação das necessidades básicas da população leiriense e que, em nome dos “negócios”, se mostra disposta a sacrificar o bem-estar da maioria pelo interesse de alguns. Até por isto, esta câmara, liderada pelo Dr. Raul Castro, merece não ganhar as próximas eleições.



## 04

# LEIRIA - TERRITÓRIO GERIDO EM COMPLEMENTARIEDADE, MULTICULTURAL E COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS

Leiria é um concelho com um território bastante diverso, em que uma das maiores cidades de média dimensão, existentes no país, convive com um extenso território rural heterogéneo, num mosaico de aglomerados populacionais, uns bastante distantes entre si, outros nem tanto, mas com características e vivências próprias que devem ser valorizadas.

No passado, essa complementaridade foi resolvida de forma autocrática pelo Governo PSD/CDS, impondo contra a opinião de muitas autarquias e dos próprios cidadãos, uma reforma administrativa do ordenamento do território que implicou a constituição, por decreto, de uma série de Uniões de Freguesias e, em sequência, a eliminação de uma série de Freguesias.

No concelho de Leiria, essa decisão deu origem a uma série de aberrações administrativas como seja a criação da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, um território que, pelas suas características tão diversas, torna impossível uma governação de proximidade com os diversos núcleos populacionais das extintas freguesias.

Em 2018, está calendarizado pela Assembleia da República a revisão da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro – lei da reorganização administrativa do território das freguesias – pelo que será necessário voltar a pensar e decidir sobre o ordenamento das freguesias em cada concelho que mais se ajuste à vontade das populações. O BE defende que todas essas alterações devem ser amplamente discutidas pelas populações (e não apenas nas assembleias de freguesia), e serem objeto de decisão tomada diretamente pelas populações através de referendos locais, onde tal for desejável.

Para além deste importante debate que será necessário realizar, importa que, no dia-a-dia dos territórios do nosso concelho se explorem todas as complementaridades que podem enriquecer o mosaico de vivências que constroem a nossa vida em comum.

#### **4.1. Reforçar a Coesão Territorial e combater a interioridade no concelho**

Leiria é um concelho que se localiza na faixa litoral do país, mas nem por isso, deixa de apresentar grandes desequilíbrios territoriais e, em diversas freguesias rurais, são claros os sinais de interioridade que urge combater.

Para tal e para além das medidas já propostas, defendemos propomos:

- Um melhor aproveitamento da presença de comunidades estrangeiras, facilitando a sua intervenção na política local.
- O desenvolvimento de uma política ativa de receção de refugiados de guerra, combinando o respeito pela sua autonomia cultural com a adoção de medidas de qualificação profissional e de aprendizagem da língua portuguesa, para além da garantia do acesso aos direitos sociais indispensáveis para a prossecução de uma plena cidadania – ensino público, SNS, segurança social, habitação, cultura.

#### **4.2. Transparência, Cidadania e Democracia Local**

O atual executivo municipal tem dado repetidos exemplos de que se dá mal com exercícios de transparência e de participação cidadã na vida do nosso município.

Primeiro, foi com bastante dificuldade que o atual Presidente da Câmara aceitou a introdução do Orçamento Participativo (OP) na vida do município. Depois, as verbas dedicadas ao OP em cada ano são perfeitamente exíguas face à quantidade de propostas que surgem em cada processo anual de OP.

Desde que foi criado em 2013, o OP tem tido uma verba para distribuir entre os vários projetos aprovados uma verba que não ultrapassa os 350.000€. Em termos de Orçamento de Investimentos do Município é uma gota de água: não atinge sequer a 1% do Orçamento de Investimentos do município para 2017 - €37 Milhões.

Com uma verba tão reduzida é perfeitamente natural que muitas pessoas que apresentaram propostas e que não as viram ser incluídas no OP a executar, se desinteressem do processo participativo em curso. Por outro lado, como até agora, quase todas as propostas aprovadas demoraram mais de 2 anos a concluir, é perfeitamente compreensível que os munícipes comecem a pôr em dúvida a eficácia do próprio OP.

Por isso, para reforçar e alargar o processo do OP de Leiria, defendemos:

- Aumento da verba disponível para o Orçamento Participativo, até 1 Milhão de euros/ano no final da legislatura autárquica, em 2021;
- Melhorar a divulgação do OP, realizando reuniões em todas as freguesias para discutir as propostas a submeter ao OP, facilitando deste modo a consulta e o esclarecimento sobre as propostas;
- Publicitar o OP, nomeadamente na fase das votações, divulgando as propostas em votação e promovendo debates públicos sobre as mesmas.

Em termos de **transparência** no funcionamento do município há ainda um longo caminho a percorrer para uma cidadania plena. Para aproximar os cidadãos da sua autarquia, o BE defende a adoção dos seguintes procedimentos práticos:

- Tornar mais transparente o funcionamento dos órgãos autárquicos – Câmara e Assembleia Municipal, Assembleias e Juntas de Freguesia:
  - Divulgação de todas as decisões dos órgãos autárquicos, em páginas da internet próprias após cada reunião;
  - Abertura das reuniões dos órgãos autárquicos à presença de cidadãos nos lugares reservados ao público, com possibilidade de intervenção em algumas dessas reuniões, (conforme regulamento a definir), permitindo desta forma que os cidadãos possam interpelar diretamente a autarquia (Câmara, Assembleia Municipal e assembleias de freguesia), garantindo sempre que essas intervenções ocorram no início de cada reunião durante um tempo limitado (a definir em regulamento próprio (por exemplo, nos 30 minutos iniciais);
  - Transmissão, ou, no mínimo, gravação em formato audiovisual, de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Municipal, com possibilidade de acesso ao público via internet na página própria desse órgão autárquico;
  - Valorizar o exercício do direito de petição no Município, seja ao nível do concelho, seja ao nível da freguesia, privilegiando os processos de consulta debate público previa às decisões destes;
  - Uso do referendo local como forma de decisão a que se pode recorrer para decidir sobre questões de escolha estratégicas mais relevantes para o município;
  - Valorizar a realização de Fóruns da Cidade para debate e esclarecimento sobre os projetos de interesse para o Município.

Dotar a Assembleia Municipal de Leiria com instalações próprias, permitindo um funcionamento autónomo dos seus serviços administrativos, e assegurando também o uso de espaços independentes para o funcionamento dos vários agrupamentos políticos com representação na Assembleia municipal.



# CANDIDATOS E CANDIDATAS AOS ORGÃOS AUTÁRQUICOS DE LERIA

## CÂMARA MUNICIPAL



Andrzej Kosalsky



Arlete Crisóstomo



Rui Crespo



Gil Campos



Isabel Bernardes



Chaquil Hassane

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL



Manuel Azenha



Heitor de Sousa



Manuela Pereira



Orlanda Silva



Roberto de Sousa



Melanie Matias

**UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES**



Manuela Pereira



Roberto de Sousa



Carla Pereira

**FREGUESIA DE MACEIRA**



Melanie Matias



Helder Cruz



Flávia Sousa

**UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA**



Vitor Tojeira



Nuno Gonçalo Frazão



Isabel Bernardes

**UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PARCEIROS E AZÓIA**



Orlanda Silva



Maria Kowalski



**Bloco**  
de Esquerda

**FAZER  
DIFERENTE**

**LEIRIA | AUTÁRQUICAS 2017**

**CONTACTOS:**

**[blocodistrital.leiria@gmail.com](mailto:blocodistrital.leiria@gmail.com)**

**Bloco de Esquerda em Leiria:**

**Largo Marechal Gomes da Costa, Loja 55  
2400-148 Leiria**

**[www.esquerda.net](http://www.esquerda.net)**